



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

A CONTRIBUIÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA PERMANÊNCIA DO ALUNO NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

Bruna de Melo Vitorino¹

Resumo: Este trabalho apresenta uma pesquisa de mestrado, que objetiva conhecer a assistência estudantil na universidade. A metodologia utilizada foi entrevista semiestruturada com assistentes sociais. Foi possível perceber que, apesar dos desafios enfrentados cotidianamente, o Programa Nacional de Assistência estudantil tem contribuído para a permanência dos discentes no ensino superior.

Palavras-chave: Assistência estudantil; Assistente Social; Ensino Superior.

1 INTRODUÇÃO

Uma das consequências diretas da expansão do ensino superior foi a aprovação do Programa Nacional de Assistência estudantil- PNAES, com objetivo de nortear a permanência estudantil nacionalmente.

Para conhecermos como esse programa se efetiva na prática, foi realizada uma pesquisa no ano de 2015, na qual contamos com a participação de duas assistentes sociais lotadas da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, responsáveis pela manutenção da assistência estudantil na Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Por meio das entrevistas realizadas, foi possível conhecer a realidade da assistência estudantil nesta Universidade pública, assim como, alguns dos principais desafios e avanços já vivenciados pelas profissionais nesse espaço.

Nesse artigo, relata-se como foi a inserção do PNAS na universidade. As assistentes sociais que já trabalhavam na UFTM relatam como foi a expansão universitária, e nesse cenário, qual a importância da assistência estudantil diante de um novo contexto universitário. Diante desse contexto, relatamos também como foi a inserção do assistente social na Pró-Reitoria de Assuntos estudantis, responsável pela efetivação do PNAS na universidade.

Conheceremos por meio desse trabalho, o trabalho do assistente social na Política de permanência estudantil, qual o olhar do assistente social nesse cenário, quais os

¹ Profissional de Serviço Social, Central de Alternativas Penais (CEAPA). E-mail: brunamelov@hotmail.com.

principais desafios e perspectivas de acordo com uma atuação pautada no projeto ético-político da profissão.

Por fim, percebermos que, apesar dos desafios enfrentados cotidianamente, o Programa Nacional de Assistência estudantil tem contribuído para permanência dos discentes no ensino superior.

2 A CONSTRUÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFTM:

Com a aprovação do PNAES, a universidade começa a se adaptar e construir também o setor de Serviço Social na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Para começar, são efetivadas duas assistentes sociais e outros profissionais para, assim, colocar em prática o PNAES.

Quando eu entrei em 2010 outra assistente social já fazia esse processo de seleção, porque já vinha uma “verbinha” do governo federal para assistência estudantil, e ela fazia uma pré-seleção com valor de alguns auxílios, aí ela veio para o NAE e eu fui convocada pelo concurso do REUNI, e aí eu vim para trabalhar sem conhecer nada da demanda, e assim, tínhamos um questionário inicial, e nesse início como formou a assistência estudantil em outras universidades através dessa primeira expansão das universidades, tinha os encontros dos pró-reitores, então esses fóruns foram criados para se discutir, e eu lembro que a UFU, ela já era o projeto piloto, porque ela já existia lá a um certo tempo, e na nossa região era o mais perto, e nós fomos para lá fizemos um curso de formação com eles sobre o processo de seleção como que funcionava. (Gratuita)

Assim, segundo relato, a construção do setor de Serviço Social começa em 2010, e a partir daí, duas assistentes sociais se constituem enquanto a equipe do setor:

Daí que começou a assistência estudantil com o setor de Serviço Social, com duas assistentes sociais. Começamos com duzentos e poucas avaliações socioeconômica manuais, nós começamos de uma forma bem simples, né? (Qualidade).

Foi assim necessária a construção de um edital e um instrumental para selecionar os alunos-perfil da Assistência estudantil, e para além de todos esses fatores, foi necessária a legitimação profissional nesse espaço socio-ocupacional.

Nós sempre brigamos pela nossa sala, pelo nosso espaço privativo, pelo respeito ao nosso trabalho pela qualidade do nosso serviço de atendimento aos discentes, com o reconhecimento da nossa profissão e a importância dela para nossa universidade, sempre falar, sempre mostrar questões do código de ética, nós sabemos que a avaliação socioeconômica é uma atribuição do serviço social, não privativa, mas é o profissional mais indicado e preparado para fazer essa escuta e avaliação dos alunos, isso a gente sempre deixa claro, mostrar que o serviço social eles acham que qualquer pessoa faz o trabalho do serviço social (Gratuita).

Ainda hoje, esses profissionais encontram muitos desafios para efetivar a assistência estudantil. Um desses desafios é a efetivação do projeto ético-político profissional do Serviço Social, em um espaço controverso:

[...] se depara com outros profissionais, da nossa área ou de outras áreas também, que não buscam essa mesma perspectiva, esse mesmo projeto né? Em comum que no caso é a busca por uma educação de qualidade um atendimento, você fica como se fosse, não é excluída, você não trabalha junto, então eles começam a não te escutar mais, porque não é o mesmo pensamento deles de uma forma, de um pensamento administrativo, positivista, conservador, de culpabilização do outro, mas não como uma forma de buscar direitos (Gratuita).

O profissional se sente muitas vezes “excluído”, o ambiente da universidade é conservador e legislações que a norteiam são igualmente. Assim como os demais profissionais que, em sua maioria, não comungam da mesma perspectiva do nosso projeto ético político, e vêem a assistência estudantil como:

São poucos que conhecem como direito, não, eles conhecem na forma mais administrativa mesmo, hoje na PROACE sim, mas antes quando iniciou não, o projeto quando ele iniciou a perspectiva que tinha de futuro, e o que se esta implementando hoje se você observar esta muito diferente, mas ainda assim, direito eles sabem que é, porque politicamente eles são formados, dentro de uma política conservada eles conhecem, mas não como movimento, não como uma questão de movimento, de busca de luta. (Gratuita).

Como mostrado pela profissional, o olhar crítico do assistente social é minoria nos espaços socio-ocupacionais, por isso “É preciso que os assistentes sociais articulem-se com educadores que comungam essa visão crítica e com os movimentos sociais que lutam pela educação pública, laica, presencial, para todos e de qualidade.” (MARTINS, 2014, p. 61).

Conforme relato das assistentes sociais, o trabalho multidisciplinar tem diminuído à medida que a demanda de trabalho aumenta. Entretanto, elas conseguiram manter um diálogo com as pedagogas.

A pedagoga tem um trabalho assim: 70% das disciplinas tem que passar, se não o aluno é penalizado nos auxílios, não é que corta, mas a pedagoga vai chamar conversar tal. Aí, quando ela vê que é uma demanda do Serviço Social ela encaminha para a gente, e quando a gente vê que é uma demanda do pedagogo a gente encaminha para ele, então hoje a gente consegue fazer um trabalho com pedagogo, mas só com ela; os outros profissionais não. (Gratuita).

A efetivação do projeto ético-político do Serviço Social propõe a construção de uma nova sociedade, o que não é uma tarefa fácil, assim como, a construção de uma educação de qualidade em um espaço norteado pelas políticas conservadoras é um exercício diário de luta e resistência.

O trabalho do assistente social inserido no trabalho coletivo desenvolvido, no âmbito das instituições educacionais, tanto na dimensão do planejamento, gestão e excussão, é essencial compreender as demandas institucionais e profissionais

existentes no complexo jogo de interesses contraditórios, de classes sociais antagônicas que permeia as relações sociais na sociedade capitalista e, especificamente as pertinentes ao campo da política educacional. (MARTINS, 2014, p. 59).

No entanto, é possível que se efetive o projeto ético-político do Serviço Social. Esse fato se comprova no cotidiano dos assistentes sociais pesquisados que, diante de tantos desafios, encontram estratégias para driblar a lógica do capital.

O mundo burguês e sua lógica constitutiva, sua estrutura e dinâmica, limita a construção da contra hegemonia possível pelo projeto, mas não elimina a sua possibilidade. A análise marxista mostra-nos exatamente o contrário: é em razão da hegemonia do pensamento burguês, e em confronto com ela, que faz sentido construirmos a contra hegemonia do nosso projeto profissional. (GUERRA, 2007, p. 35)

A partir da pesquisa, foi possível identificar algumas dificuldades, essas se distinguem em duas categorias: primeiramente as dificuldades enfrentadas no trabalho profissional como: o número insuficiente de profissionais, infra-estrutura material adequada ao trabalho, e segundo, influenciada pela primeira, as dificuldades em efetivar a permanência e o PNAES, como: número de auxílios, valor dos auxílios, atividades desempenhadas para cumprimento do programa nacional, etc.

A falta de infra-estrutura, que atingiu o cotidiano dos professores universitários, também influencia negativamente no trabalho do assistente social na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. O espaço para o setor de Serviço Social é apenas uma sala para duas assistentes sociais, como relata a profissional: “A gente faz um revezamento, a gente faz um revezamento para preservar o aluno no ato da entrevista, quando é possível.” (Qualidade).

O espaço para o atendimento do Serviço Social, segundo o Código de Ética (1993, p.40), no seu artigo 17º, deve proporcionar manter o sigilo profissional. Por esse motivo, as assistentes sociais revezam no atendimento, para que um aluno não possa ouvir o atendimento de outro, assim preservando o sujeito.

A qualidade do trabalho do assistente social depende, entretanto, de outros aspectos. O Código de Ética prevê no capítulo II sobre a relação entre o assistente social e as instituições empregadoras, sendo um direito do assistente social “Art. 7º item (a) dispor de condições de trabalho condignas seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional.” (CFESS, 1993, p. 31).

As condições de trabalho condignas são entendidas como: aquelas que permitam o atendimento integral ao sujeito, no caso ao aluno, que o assistente social possa ter autonomia para desenvolver suas dimensões técnico-operativas, ético-político e a teórico-metodológica. Para tanto, é necessário, além do espaço adequado, minimamente: carga

horária de trabalho conforme a Lei n. 12.317 de agosto de 2010, equipe de trabalho completa, dentre outros aspectos. (BRASIL, 2010b).

Segundo a pesquisa realizada, as assistentes sociais lotadas na PROACE, trabalham 40h por semana. Como relatado pelas mesmas já foi solicitado o cumprimento da Lei n. 12.317, que prevê carga horária máxima de 30 horas por semana. Não obstante, não foi atendida essa solicitação. Essa é, inclusive, uma das pautas da greve que ocorreu em 2015 dos Técnicos administrativos, categoria em que se incluem as assistentes sociais.

Dentre as demandas apresentadas, a que mais se destacou foi o número insuficiente de profissionais. As participantes respondem a essa pergunta dizendo: Não é suficiente, nós precisávamos de um número de seis para atender a toda essa demanda (Qualidade). Percebe-se que o número de profissionais estagnou desde 2010, pois: “As assistentes sociais continuaram há cinco anos, desde quando foi instituído o NAE e depois a PROACE o corpo de assistentes sociais não mudou.” (Gratuita).

Quando a profissional diz que precisaria de seis assistentes sociais para atender a demanda, esse número baseia-se em pesquisas que o setor de Serviço Social já vem desenvolvendo. O número de profissionais insuficiente acarreta outros desafios a esses profissionais, com o excesso de demanda de trabalho:

Hoje gira em torno de uns oito ou nove editais que nós atendemos, e a maioria hoje são de cotas, então quer dizer, o aluno da graduação hoje a gente não consegue fazer um projeto, trabalhar junto com os projetos da PROACE, por quê? Porque hoje a demanda de uma avaliação socioeconômica (Qualidade).

Em função do grande número de editais a que são responsáveis, as atribuições profissionais acabam ficando restritas às avaliações socioeconômicas, fato esse que tem incomodado as participantes:

Hoje a gente só atende avaliação socioeconômica, a gente não participa praticamente de nenhum grupo, a gente não tem outras atividades, além disso. Deveríamos participar de outras atividades além da avaliação socioeconômica se tivesse mais profissionais dividindo tudo. (Qualidade).

Nesse sentido as assistentes sociais não conseguem desenvolver o trabalho educativo do assistente social:

Um desafio hoje é aumentar o quadro de profissionais, conseguir ampliar os nossos atendimentos, não na parte técnico operativa, mas na parte educativa, de mostrar o que é a política, como ela funciona, participar dos projetos aqui no caso GAICO, semana temática, mostrar realmente a cara do serviço social, porque o serviço social não é só ir lá pedir auxílio de forma assistencialista, o Serviço Social vai além dessa perspectiva técnico operativa. (Gratuita).

Essa tendência em que se sobressai o trabalho técnico-operativo do profissional não se restringe a esse espaço socio-ocupacional. Na sociedade burguesa o profissional não é

chamado ao trabalho educativo, ao contrário, ele é cobrado pelo número de atendimento, pelo número de auxílios, pelo número de artigos:

Tal modelo tanto controla o profissional quanto permite que este exerça seu controle sobre o cotidiano da vida dos usuários dos programas, através dos diversos sistemas que os profissionais das políticas sociais operam, os quais condicionam o exercício profissional, atribuindo-lhe a sua lógica constitutiva. Tal lógica se insere tanto nos sistemas, nas orientações de como operá-los, quanto nas metas e nos instrumentos que as determinam. (GUERRA, 2007, p. 37).

Não é interesse na sociedade burguesa o olhar crítico do profissional e muito menos que isso seja percebido pela população usuária. O trabalho socioeducativo “[...] contribui com o processo de politização, desfazendo mitos, preconceitos e concepções deturpadas sobre o processo de produção e reprodução social referente à sociedade capitalista.” (MARTINS, 2014, p. 61).

O excesso de trabalho do assistente social tem prejudicado o aluno, sujeito do atendimento, pois o trabalho não será realizado com a qualidade necessária, segundo coloca uma das participantes:

Você fica nesse processo mecânico, cotidiano, avaliação, avaliação, avaliação, chega no final de dois ou três meses, aquela demanda precisa de um atendimento psicológico, você precisa de observar isso naquela outra pessoa, então você precisa dar uma atenção maior, mas você está tão cansada mentalmente que você não percebe e não consegue fazer um trabalho de qualidade. (Gratuita).

Em função da sobrecarga de trabalho, outro aspecto em questão é o acompanhamento desses alunos que obtiveram os auxílios, a profissional diz que: [...] a avaliação tem uma validade de dois anos, dependendo da disponibilidade do setor, de tempo, ele será reavaliado, mas nos últimos dois anos a gente não conseguiu fazer a avaliação. (Qualidade).

Outra perspectiva afetada pela alta demanda de trabalho é o cumprimento do programa nacional de assistência estudantil. O programa prevê que a permanência seja garantida através do cumprimento de dez áreas, são elas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e super-dotação (BRASIL, 2010a). Entretanto, não é o que ocorre:

Existem as dez metas, as dez áreas estratégicas, que é a alimentação, moradia transporte, lazer, tratamento de pessoas com deficiente, alta dotação, então existem as dez áreas, só que igual a assistência social, existe o tripé dela, que é moradia, transporte e alimentação, quer dizer, 70% do orçamento tem que ser específico para atender esse aluno, o restante, os outros 30 % fica para custeio com a questão de material, e essas coisas para a assistência, conclusão: você não consegue atender a toda essa demanda necessária e você tem que trabalhar com os mínimos sociais dentro da assistência estudantil. (Gratuita).

Nesse sentido, a profissional coloca os mínimos sociais dentro da assistência estudantil o tripé: alimentação, moradia e transporte, que é o mínimo necessário para sobrevivência do aluno. A participante realça que: *“O programa de auxílios é o carro chefe da assistência estudantil se for falar em números, é o tripé que os alunos precisam: que é alimentação, moradia e transporte, temos outras atividades também que são importantes, mas...”* (Qualidade).

3 A CONTRIBUIÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Considerando o objetivo do PNAES em contribuir para a permanência do aluno no ensino superior, possibilitando-o uma formação profissional com mais empenho e dedicação aos estudos, ainda enfrentamos alguns desafios como relatado pelas profissionais.

O primeiro é o não desenvolvimento das outras áreas previstas pelo programa que tem passado aos alunos uma imagem equivocada da assistência estudantil. Segundo as participantes, os alunos não entendem o PNAES como um direito e ainda têm a ideia de que é um favor, uma benesse e caridade:

Eles não conheciam a assistência estudantil, eles conheciam o programa de auxílios, “eu conheço, que lá tem alimentação, transporte, moradia, tem não sei o que...”, mas eles não têm conhecimento do edital, não conhece, não sabe a história da política como é a política como ela se formou, para que ela veio de que forma veio, a política de assistência estudantil, apesar de ser uma política populista, eu para mim é um política populista mesmo de dar de presente para as universidades federais, eles não percebem esse senso crítico, eles chegam e falam aqui “é aqui que tem auxílio?” ainda tem essa questão da ajuda, do paternalismo, eles não vêem como uma questão de direito. (Gratuita).

Com relação ao valor pago por auxílio, quando perguntadas se esse é suficiente para subsistência do aluno na cidade, a resposta é clara:

Não, eu acho que não pela economia que é gerada dentro de Uberaba, pelos valores, devido à especulação imobiliária com a abertura dos cursos, vieram mais alunos, os alugueis são muito caros, então quando a gente faz essa análise e coloca dentro do orçamento a gente acredita que é um apoio. (Gratuita).

Ambas as participantes concordam que o aluno precisa de algo mais que o auxílio para sobreviver em Uberaba.

É notório que as políticas sociais, na sociedade capitalista, não atendem as reais necessidades dos usuários, porém, contraditoriamente, os assistentes sociais, inseridos nos espaços socio-ocupacionais dessas políticas sociais imprimem ações que visam, em última instância, a ampliar e universalizar os direitos sociais e pertinentes a cada política setorial. (MARTINS, 2014, p. 60).

Nesse aspecto, as assistentes sociais participantes têm lutado, conforme diz a autora, para ampliação do direito a educação. Quando na decisão do valor dos auxílios, elas participam de forma efetiva na reunião com a gestão e além de tentar aumentar o valor dos auxílios junto à gestão, as assistentes sociais procuram inserir os alunos no auxílio permanência, e assim aperfeiçoar esse tipo de auxílio enquanto uma possibilidade de maior integração do aluno no espaço acadêmico:

[...] Agora eles estão revendo e um dos primeiros critérios será que o projeto já tenha sido aprovado no CEP, porque é assim, monta qualquer projeto e fala vai lá receber o auxílio, então fica algo a se desejar, então um dos primeiros critérios, e outros que vão ser criados, como a classificação E e D, entendeu? Ou esses vão ser prioritários, para cumprir com objetivo e assim, apresentou em algum fórum vai virar pesquisa de TCC para ver que essa pessoa está realmente envolvida. (Qualidade).

No auxílio explicado acima o aluno se insere em projetos de pesquisa ou extensão, tendo como requisito se dedicar dez horas semanais à universidade. Assim, abre-se a possibilidade de efetivar uma formação com melhor qualidade e segundo relatam as profissionais, essa dedicação a formação profissional já é possível em alguns casos.

Muitos alunos que vêm conseguem os auxílios, bolsas e largam o emprego, porque ganham um salário mínimo, e as bolsas mais os auxílios dão em torno de um salário mínimo uns 800,000 ou 900,00 reais. Para ele compensa ficar com a bolsa de extensão e dedicar totalmente à universidade, para os alunos que estão realmente comprometidos com os seus estudos. (Qualidade).

Percebe-se que a assistência estudantil tem possibilidades de colaborar para uma formação profissional de qualidade, no caso acima relatado, em que o aluno consegue se manter financeiramente com os auxílios e bolsas ofertados na universidade. A inserção desse aluno em alguns espaços acadêmicos como pesquisa e extensão, talvez não seria possível se estivesse no mercado de trabalho formal.

Outro aspecto é a necessidade dos auxílios, para muitos alunos é condição fundante para se sustentar, como no caso dos que vêm de outras cidades, ou ainda estudantes de Uberaba, que possuem renda muito baixa e o auxílio faz realmente diferença na renda familiar, como alerta a profissional, quando fala da assistência estudantil na vida do aluno: “Eu acredito que ela é importante sim, principalmente nesse ano que as coisas estão ficando difícil, se não tiver a assistência estudantil muita gente vai voltar para a casa, ou nem vai chegar aqui”. (Qualidade)

Uma conquista ressaltada pelas profissionais é o número de auxílios ofertados. Atualmente os auxílios oferecidos são suficientes para o número de alunos. A pesquisa aponta que todos os alunos que solicitam e possuem renda até um salário mínimo e meio per capita são contemplados. Entretanto essa realidade foi uma conquista dos alunos e dos profissionais, pois no começo não ocorria dessa forma.

Antes era o número exato, tinham número nos editais, hoje não, se tivesse 120 vagas e 300 fizesse inscrição, a gente avaliava todos e fazia uma pré-classificação, por renda per-capita, a renda per-capita mais baixa era o primeiro a ser atendido, o restante ficavam em lista de espera, nos anos de 2010, 2011 e 2012, praticamente ficou muita gente com renda per-capita abaixo de um salário e meio na lista de espera. (Qualidade).

Essa situação vem mudando e, segundo ressaltado pelas assistentes sociais, o edital hoje é aberto e pode-se concorrer mensalmente.

Para que essas conquistas se realizassem, foram necessárias algumas estratégias por parte das profissionais, como exemplo, colocar-se frente à equipe de trabalho, como nessa situação narrada pela participante:

Por exemplo, o do CEFORES, eles queria que a gente fizesse a avaliação socioeconômica e eles iam lá distribuir o dinheiro, não, não é assim, aí é assistencialismo, você vê os menos que querem e rateia entre eles, isso eles mesmos fazem, agora se vocês querem que a gente faça uma avaliação socioeconômica então a gestão será toda a PROACE, pagamento, gestão, o Serviço Social vai fazer o que faz igual na graduação, vai ter o mesmo fluxo de atendimento e a mesma qualidade de atendimento, agora se for para fazer a avaliação socioeconômica então toma o dinheiro, não, vai virar uma política, não vai entrar na demanda, então a PROACE vai fazer a gestão. (Gratuita).

Outra estratégia utilizada pelos profissionais é a formação continuada. O espaço em que estão inseridas lhes proporciona o aprimoramento e estudo profissional, assim as mesmas cumprem com a demanda profissional de:

Ampliar o conhecimento sobre a política de educação, com suas peculiaridades relacionadas aos diferentes níveis e modalidades de ensino, compreendendo-a no bojo da luta de classes sociais, portanto cravejada de ideologias, interesses contraditórios próprios à construção das políticas sociais na sociedade capitalista. (MARTINS, 2014, p. 61).

Essa formação continuada proporciona um olhar mais crítico ao assistente social conforme indica a autora acima. Como terceira estratégia de enfrentamento às demandas colocadas, as entrevistadas enfatizam que não abrem mão do contato com os alunos. Esse contato é feito pela entrevista, realizada com todos os alunos identificados como perfil da assistência estudantil.

Nós não abrimos mão da entrevista individual, com cada um, se existem 200 alunos para a gente atender naquele mês, os duzentos alunos vão passar pela entrevista, para a gente ter pelo menos esse primeiro contato com o aluno e conhecer essa realidade. (Gratuita).

Com essa proximidade dos alunos os assistentes sociais têm maior possibilidade de entender as demandas por eles apresentadas, identificando suas dificuldades para manter-se no curso superior, assim tentam estabelecer: "Estratégias na luta pela conquista do

acesso, regresso, permanência e sucesso das crianças, adolescentes e jovens em todos os níveis de ensino da educação escolarizada, como um direito social.” (MARTINS, 2014, p. 61).

4 CONSIDERAÇÃO FINAL

Diante da pesquisa realizada pelos aspectos aqui destacados, é possível perceber que a assistência estudantil tem colaborado indiretamente para qualidade da formação profissional do assistente social e de outros alunos. Os desafios aqui destacados não são específicos desse espaço socio-ocupacional, são de maneira geral vivenciados em todos os locais, tendo em vista que estamos inseridos em uma sociedade capitalista neoliberal em que a educação de qualidade enquanto um direito não é prioridade.

Em função desse cenário, é necessário que o profissional se mantenha na luta pela efetivação do projeto ético-político e por uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade. Pela pesquisa foi possível identificar algumas estratégias profissionais que têm surtido resultados qualitativos no cotidiano do trabalho do assistente social. É preciso, pois, fortalecer essas estratégias e se posicionar junto a outros profissionais que comungam da mesma perspectiva crítica do Serviço Social, para que o trabalho profissional não se torne mecânico, para um trabalho de qualidade.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial da União**, Poder executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2007. p. 7. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 2015.

BRASIL. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil –PNAES. Brasília. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jul. 2010a.p. 5. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 2015.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 2016.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARTINS, E. B. Políticas de educacional e contribuição do Serviço Social. **Revista Conexões Geraes**, Belo Horizonte, v.3, n.5, p. 56-64, 2014.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINTO, L.W. **A educação da miséria**: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

SAVIANI, D. Organização da educação nacional: sistema e conselho nacional de educação, plano e fórum nacional de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 769-787, jul./set. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/07>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

TONET, I. Atividades educativas emancipadoras. **Práxis Educativa**, Maceió, v. 9, n. 1, p. 1-40, 2014.

_____. **Educação contra o capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012b.

VITORINO, Bruna de Melo. **Reflexos da expansão do ensino superior na formação profissional do assistente social**. 2016. 125f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.